

“ENTROU... E AGORA?”
**UMA REFLEXÃO SOBRE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
(AEE) PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA COMO DISPOSITIVO DE
PERMANÊNCIA EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS**

Claudete da Silva Lima MARTINS, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA/RS)
Francéli BRIZOLLA, Universidade Federal do Paraná (UFPR Litoral/PR)
Jose Storniolo BRASIL, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA/RS)
Rita de Cassia Morem Cóssio RODRIGUES, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL/RS)

Coordenação do Painel: Francéli BRIZOLLA, (UFPR Litoral/PR)

Resumo: O presente painel temático aborda uma reflexão institucional sobre três experiências de Universidades Federais situadas na Região Sul, sobre a questão da permanência de estudantes com deficiência, especialmente, sobre o desafio de implementação do atendimento educacional especializado (AEE). Os relatos de experiências institucionais construídos para este painel são de diferentes percursos metodológicos: o que inaugura o painel registra a experiência da UFPR Setor Litoral, especialmente, sobre o movimento deste Setor da Universidade paranaense para implementar o AEE para os estudantes com deficiência do campus, com a organização de um setor e equipe multidisciplinar. O segundo é da UFPEL, vindo da Região Sul do RS, aborda a trajetória de construção do NAI (Núcleo de Acessibilidade e Inclusão) da UFPEL, especialmente, os programas de atendimento especializado que efetivam a inclusão qualificada dos estudantes com deficiência, em uma perspectiva crítica da política inclusiva vigente. Por fim, o painel é encerrado com o texto da UNIPAMPA, situada na Campanha Gaúcha, o qual apresenta uma análise da política de inclusão e acessibilidade no ensino superior e, a partir disso, a materialização da inclusão dos estudantes com deficiência através do Atendimento Educacional especializado, tendo por referência as propostas pedagógicas dos cursos de graduação (PPC) estabelecidas dentro do contexto da produção de texto e do contexto da prática. Busca-se, a partir destas experiências, realizar uma reflexão em três âmbitos de desenvolvimento do tema: a abordagem do AEE nos textos institucionais (dimensão do texto da política); a inserção acadêmico-administrativa do AEE nas instituições (documentos/normativas e criação de estruturas institucionais) e a implementação propriamente dita de “práticas” de atendimento educacional especializado (contexto da prática) nas referidas Universidades. Os dois primeiros relatos constituem excertos de pesquisa-ação, visto que as autoras são sujeitos de construção, implementação e desenvolvimento do AEE em suas Universidades; já o terceiro, constitui-se a partir de um recorte de pesquisa acadêmica, em finalização no âmbito de *stricto sensu* (Mestrado em Ensino), realizada sobre a temática geral da inclusão no Ensino Superior. Como objetivo geral, espera-se estimular a discussão do AEE no Ensino Superior o qual, embora esteja previsto nos textos legais nacionais da Educação e da Educação Especial na perspectiva inclusiva, ainda consiste em um imenso desafio às Universidades. Espera-se, em termos de evento acadêmico, contribuir com a troca de experiências institucionais sobre o tema.

Palavras-chave: Atendimento educacional especializado; Ensino superior; Educação inclusiva; estudantes com deficiência.

“Inclusão é a nossa praia”: desafios e possibilidades de implementação do Atendimento Educacional Especializado para garantia da acessibilidade pedagógica e atitudinal na UFPR Litoral

Francéli BRIZOLLA, Universidade Federal do Paraná (UFPR Litoral/PR)

Resumo: Este texto é recorte de uma pesquisa-ação de atuação no atendimento educacional especializado na UFPR Litoral, desenvolvida como atividade docente especializada. Os envolvidos no trabalho de implementação do AEE são profissionais de educação, assistência social e saúde, todos pertencentes ao quadro de servidores da SEPOL – Seção de Políticas Afirmativas, Assuntos Estudantis e Comunitários do Setor Litoral; e, por fim, os próprios estudantes com deficiência que fazem uso do atendimento especializado (autodeclarados e advindos pela Cota PcD). O contexto de realização da pesquisa-ação envolve diferentes segmentos no Setor Litoral – o próprio espaço acadêmico-administrativo da SEPOL; demais espaços de atendimento social, psicológico e de saúde; os espaços de ensino-aprendizagem (aulas e demais espaços formativos); e o espaço dos Cursos nos quais estão matriculados os estudantes com deficiência (Coordenação, colegiado de docentes e turmas). O texto situa a política institucional da UFPR, assim como os impactos desta política na organização da inclusão e acessibilidade no Setor Litoral, apresentando equipe, estrutura e ações desenvolvidas. Com maior detalhamento, aborda-se a implementação da atividade de AEE em desenvolvimento, com foco na acessibilidade pedagógica e atitudinal. Espera-se que o texto sirva à discussão e reflexão sobre os desafios e expectativas de cumprimento da legislação educacional inclusiva vigente, especialmente, quanto à realização do direito ao atendimento educacional especializado, a fim de garantir a permanência dos estudantes com deficiência.

Palavras-chave: atendimento educacional especializado; educação superior; estudantes com deficiência.

Introdução e justificativa da pesquisa-ação

A discussão sobre o atendimento educacional especializado (AEE) no Ensino Superior é um tema ainda recente, com pouca sistematização de experiências institucionais tratadas em pesquisas acadêmico-científicas (BRIZOLLA; MARTINS, 2018). Neste trabalho, procura-se situar o tema por meio da experiência da UFPR Setor Litoral, especialmente, quanto à implementação do AEE como dispositivo para efetivar a acessibilidade pedagógica e atitudinal.

Esta problemática de pesquisa tem sido vinculada à experiência institucional da UFPR (Universidade Federal do Paraná), reconhecida como uma instituição inclusiva e de vanguarda em relação às políticas educacionais voltadas às pessoas com deficiência. Tal movimento acompanha os desdobramentos das políticas de inclusão da década de 90; no ano de 1991 é realizada a primeira Banca Especial, hoje uma prática adotada por várias Universidades federais do País. Alguns anos depois, os estudantes passaram a acessar a Universidade por meio da política de vagas suplementares (2006), antecedendo a atual política das cotas. Tal estratégia era pensada como estratégia de ingresso e também para posterior suporte oferecido pelo NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais) para permanência nos cursos. Atualmente, o ápice da política inclusiva na UFPR se deu com a criação da SIPAD (Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade)¹ em 2017, no âmbito do Gabinete da Reitoria, e tem como missão propor, fortalecer e concretizar políticas de promoção de igualdade e da defesa de Direitos Humanos, visando o desenvolvimento de ações afirmativas; do reconhecimento da diferença e da diversidade; do atendimento aos direitos de pessoas com necessidades especiais, com deficiência, altas habilidades/superdotação, surdos/as, negros/as, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, povos do campo, mulheres, LGBTIs, migrantes, refugiados/as, solicitantes de refúgio ou portadores/as de acolhida humanitária, apátridas e outros grupos histórica e socialmente subalternizados, no

âmbito acadêmico, pedagógico e institucional da comunidade da UFPR. Concomitantemente, ocorre o assento desta política institucional no PDI UFPR 2017-2021ⁱⁱ.

Considerando o direito à Educação Inclusiva, movimento legislado internacionalmente com impacto no ordenamento legal brasileiro em diferentes décadasⁱⁱⁱ, o sistema educacional brasileiro prevê tal caráter inclusivo da educação em todos os níveis e modalidades por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos; ações, estas, que envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (PNEEPEI, 2008).

Em decorrência destas premissas, a legislação brasileira passa a dispor sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, enquanto elemento fundamental à inclusão escolar/universitária (PNEEPEI, 2008; Decreto n. 7.611, 2011; Nota Técnica n. 55/2013/MEC/SECADI). A elaboração e a execução do plano de AEE é competência dos professores, os quais devem ter formação inicial que habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial (Resolução n. 4/2009/MEC).

A UFPR Litoral^{iv} tem a política inclusiva na sua gênese, pois é um projeto educacional criado no processo de expansão e democratização do Ensino Público Superior (2006) e que objetiva, em suas ações, promover a educação superior no litoral do Paraná visando o desenvolvimento humano e local. Instalada em Matinhos, as ações abrangem os sete municípios litorâneos com extensão ao Vale do Ribeira, regiões que historicamente foram desacreditadas e ainda apresentam grande fragilidade social e econômica. O projeto UFPR Litoral se tornou viável pela parceria entre a UFPR e os Governos Federal e Estadual, com o apoio das prefeituras locais. De maneira geral, na organização curricular e pedagógica, os estudantes são formados para contribuir com a retomada do crescimento social e econômico regional. O PPP é sustentado por fundamentos emancipatórios de desenvolvimento e aprendizagem, o que impacta significativamente nas políticas inclusivas para os estudantes com deficiência. Acompanhando esta característica institucional, as práticas pedagógicas inovadoras do Setor Litoral se constituem como políticas públicas para a formação integral do discente, visando ampliar o acesso e permanência no ensino superior.

Deste modo, desde sua criação, o Setor Litoral tem em sua estrutura um setor multidisciplinar que procura levar a cabo tanto as políticas quanto as práticas de inclusão, por meio de ações afirmativas e de acessibilidade. Trata-se da SEPOL (Setor de Políticas Afirmativas, Assuntos Estudantis e Comunitários)^v, que efetiva ações de ensino, pesquisa e extensão nas referidas áreas. Dentro desta estrutura, está o Eixo da Inclusão e Acessibilidade, responsável pelas ações de acessibilidade em todas as áreas e, como foco deste texto, da pedagógica e atitudinal. Ao apresentar tal recorte deste trabalho no formato de pesquisa-ação, objetiva-se abordar sobre a implementação da atividade de AEE em desenvolvimento neste espaço institucional, a fim de contribuir à discussão e reflexão sobre os desafios e expectativas de cumprimento deste direito dos estudantes com deficiência, pela sua permanência nos processos formativos de nível superior.

Percurso teórico-metodológico da pesquisa-ação

Tipo de pesquisa. Conforme apresentado na justificativa, este trabalho é um recorte de uma pesquisa-ação (DIONNE, 2007) realizada no contexto da SEPOL da UFPR Litoral, relativa à implementação do AEE pra estudantes com deficiência matriculados. A pesquisa-

ação caracteriza-se como uma intervenção em quatro tempos: 1º tempo: Identificação - Identificação das situações iniciais; 2º tempo: Projetação - Projetação das ações; 3º tempo: Realização - Realização das atividades; e 4º tempo: Avaliação - Avaliação dos resultados obtidos.

Contexto de pesquisa e sujeitos envolvidos. O “contexto/ambiente” da pesquisa-ação, como informado, é o próprio espaço acadêmico-administrativo da SEPOL, onde são recebidos os estudantes para questões gerais da acessibilidade e para sessões de AEE, reuniões com docentes; realização de estudos semanais e orientações de bolsistas tutores, pela equipe. Também ocorre nos demais espaços de atendimento social, psicológico e de saúde, nos quais os estudantes são atendidos, quando necessário e, ainda, os espaços de ensino-aprendizagem (aulas e demais espaços formativos). Destacam-se, também, as ações de discussão e/ou orientação no âmbito dos Cursos de graduação e pós-graduação nos quais estão matriculados os estudantes com deficiência (Coordenação, colegiado de docentes e turmas). Os sujeitos envolvidos são docentes, servidores técnicos e estudante com e sem deficiência matriculados na UFPR Litoral. Convém explicitar que, como o trabalho de pesquisa acompanha as demandas setoriais pelo AEE, seja por estudante com deficiência seja por docentes ou outros estudantes, há uma grande variação no número e nos perfis dos sujeitos envolvidos, pois tal atendimento ocorre por demanda a SEPOL. Especificamente neste momento do trabalho de pesquisa, estão envolvidos: 01 (uma) docente especializada (autora do trabalho); 01 (uma) docente colaboradora (professora de Libras); 01 (uma) docente vinculada à área da linguagem/alfabetização; cinco (05) servidores técnicos: um intérprete de Libras, uma servidora técnica com atuação na acessibilidade, um psicólogo, uma fisioterapeuta e uma assistente social, todos pertencentes ao quadro de servidores da SEPOL/UFPR Litoral. Ainda, participam Coordenadores de Curso, que intermediam situações de orientação junto ao coletivo de docentes dos Cursos em demanda, turmas dos estudantes com deficiência (quando demandado ou necessário), três (03) docentes que atuam como Supervisores de Tutorias e três (03) estudantes bolsistas tutores.

Instrumentos de produção e metodologia de análise dos dados. Pelas características da pesquisa-ação, a pesquisa utiliza vários instrumentos para produção de seus dados, a saber: questionário semi estruturado; diário de itinerância da pesquisadora, constante dos registros das sessões de AEE com estudantes e ações desenvolvidas com outros sujeitos e espaços; e análise documental, referente ao cadastro e questões relativas à formação acadêmica dos estudantes com deficiência. Quanto à análise dos dados produzidos, esta pesquisa adota a análise de conteúdo como uma das técnicas de tratamento de dados em pesquisa qualitativa e está calcado na proposta de Bardin (2011). Para esta, o termo “análise de conteúdo” designa um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (2011, p. 47). A análise se dá em três fases fundamentais: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Os dados serão tratados e compilados pelo *software* Atlas Ti.

Cronograma de desenvolvimento. Em termos de desenvolvimento, a pesquisa-ação foi estruturada a partir de maio de 2018, com a lotação da autora deste trabalho na vaga Educação Inclusiva. O tempo de realização será 2019-2022. Assim, o trabalho da pesquisa-ação está articulado ao trabalho da servidora docente autora da pesquisa (como encargo didático), portanto, constitui-se como fluxo contínuo e obedece às seguintes etapas: **1º Tempo: Identificação das situações iniciais** (abril/2018 a agosto/2018). Nesta fase, foram realizadas ações diagnósticas de: (a) reconhecimento dos estudantes com deficiência matriculados; (b) interlocução com demandas pedagógicas represadas; e (c) construção do processo de vaga AEE/Setor Litoral. **2º Tempo: Projetação das ações.** Desenvolvido de agosto/2018 a

fevereiro/2019; neste momento, foram realizadas ações de projeção do projeto-piloto de implementação do AEE (construção de materiais e formulários; organização de cadastros e demais documentações). **3º Tempo: Realização das atividades.** Desenvolvido de fevereiro/2019 em diante, consiste nas tarefas de desenvolvimento da pesquisa propriamente dita, com a implementação das atividades de flexibilização pedagógica nos Cursos. **4º tempo: Avaliação dos resultados obtidos** quanto ao AEE implementado para os estudantes que estão no segundo e terceiro anos de curso. A estimativa de avaliação está de acordo com o processo de formatura destes estudantes no semestre 2020/2 e 2021/2 (ingressantes 2017 e 2018).

Resultados e discussão da implementação do AEE – Acessibilidade pedagógica e atitudinal na UFPR Litoral

Especificamente sobre o AEE e acessibilidade pedagógica e atitudinal, pode-se remeter que o mesmo ocorre desde o princípio da sua fundação (2006), enquanto estrutura, pois anteriormente à SEPOL constituiu-se o LABNAPNE (Laboratório do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais), com a função de fornecer condições de acesso e permanência à comunidade acadêmica (alunos, professores, técnicos administrativos) com algum tipo de necessidade especial relacionada ao aspecto educacional ou de acessibilidade; atualmente, este trabalho foi ampliado com a SEPOL e a interlocução e parceria com os Cursos e demais profissionais dos demais eixos da própria SEPOL. O eixo Inclusão e Acessibilidade trabalha em todas as áreas da Acessibilidade, denominados “Serviços de Acessibilidade” – ações de rotina de trabalho, compostos de: 1. Ações LIBRAS – Acessibilidade na comunicação; 2. Ações de Acessibilidade física/arquitetônica/mobiliário e Direitos; e 3. Ações de Acessibilidade pedagógica e atitudinal – serviço de AEE. Quanto a este último grupo de ações, neste primeiro momento da pesquisa (2018) foram realizadas as seguintes ações:

1. Realização/provimento de 57 sessões de AEE - Atendimento Educacional Especializado:

Semestre 2018/1: (início Abril 2018)

- Número de estudantes PcD cadastrados na SEPOL: 17
- Número de estudantes atendidos em sessões de AEE: 03
- Número de sessões realizadas com estudantes: 08
- Número de sessões de apoio à Câmaras e/ou docentes: 06
- Origem da demanda: 02 casos do tipo 1 (pelos próprios estudantes, de forma espontânea); e 01 caso do tipo 2 (pela indicação/orientação do Curso ou professores)

Semestre 2018/2:

- Número de estudantes PcD cadastrados na SEPOL: 23
 - Número de estudantes atendidos em sessões de AEE: 08
 - Número de sessões realizadas com estudantes: 38
 - Número de sessões de apoio à Câmaras e/ou docentes: 06
 - Origem da demanda: 05 casos do tipo 1 (pelos próprios estudantes, de forma espontânea); 03 casos do tipo 2 (pela indicação/orientação do Curso ou professores), com anuência do estudante.
2. Sessões de trabalho com a Gestão: Semestre 2018/1: 02 e Semestre 2018/2: 02
 3. Projeto especial de Atendimento Educacional Especializado nas três modalidades: em LIBRAS; para o ensino de Libras e; para o ensino da Língua Portuguesa, em parceria com docente de Libras e docente colaboradora na área de alfabetização/Português): 01 estudante envolvida - 12 sessões.
 4. Supervisão de Monitoria PNAES para acompanhamento de estudante com deficiência: 01 bolsista.

Considerações finais

Conforme o estágio atual de andamento da pesquisa-ação (fase da Projeção e 1º tempo da Realização de atividades), pode-se inferir alguns primeiros resultados da pesquisa. Primeiramente, a constatação de que a UFPR está engajada com a questão da inclusão e acessibilidade, por meio de políticas e ações, a saber: (a) aderência à política de cotas, com a implantação de bancas especiais; (b) criação do espaço institucional de atendimento à política de inclusão e acessibilidade, na seguinte cronologia: - LABNAPNE (de 2008 a 2012, a partir do NAPNE Curitiba - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais, em 2006); - NAPNE Litoral, em 2013; e - SEPOL, a partir de 2014; (c) preocupação com a questão do acesso, com implementação de vaga suplementar desde o processo seletivo 2008/2009, através destinação de 01 (uma) vaga em cada curso de graduação, de ensino profissionalizante e de ensino médio da UFPR para pessoas com deficiências; (d) preocupação com a permanência, com as estruturas anteriormente citadas; (e) assinatura do Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos, em 2016; (f) implementação da previsão de atendimento educacional especializado no Edital Vestibular 2018/2019 ("3.12.4 Poderão se beneficiar das vagas reservadas a pessoas com deficiência candidatos que apresentem deficiência(s) que exija(m) atendimento educacional especializado, mediante a disponibilização de recursos humanos, materiais e/ou uso de dispositivos e tecnologias assistivas para garantir o acesso à informação, à comunicação e ao conhecimento no processo de ensino-aprendizagem"); (g) ratificação e impulso à política inclusiva com a criação da SIPAD - Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade, em 2017, sinalizando a prioridade e atenção à inclusão por parte da Universidade.

O Setor Litoral acompanha o movimento inclusivo das políticas da UFPR, com engajamento às ações implementadas, assim como pelo protagonismo na criação de políticas setoriais por meio das seguintes ações: (a) participação na destinação das vagas especiais por Curso e bancas de verificação; (b) criação do LABNAPNE - 2008; (c) destinação de duas (02) vagas docentes para Educação Inclusiva, para atuação interdisciplinar e transversal na formação inicial e continuada, bem como em ações de pesquisa e extensão (2008); e, finalmente (d) aperfeiçoamento do âmbito de gestão da inclusão e acessibilidade com a SEPOL (2014) com atualização, adequação e aderência às legislações vigentes para desenvolvimento das ações de gestão, ensino, pesquisa e extensão na área da inclusão e acessibilidade. O desafio atual é a implementação do AEE para os estudantes apoiados pela PNEEPEI (2008).

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRIZOLLA, F; MARTINS, C. da S. L. Desafios da educação inclusiva no Ensino Superior: um retrato das políticas institucionais das Universidades Federais do Sul do Brasil. IN: **Rev. Triângulo**, Uberaba, MG, v.11, n.1, Jan./Abr. 2018, p.136-150.
- DIONNE, H. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Brasília: Liberlivro Editora, 2007.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Ensino Superior: refletindo sobre os contextos da produção de texto e da prática a partir da realidade da UNIPAMPA

Claudete da Silva Lima MARTINS, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA/RS)
Jose Storniolo BRASIL, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA/RS)

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar uma análise da política de inclusão e acessibilidade no ensino superior e, a partir disso, a materialização da inclusão dos estudantes com deficiência através do Atendimento Educacional Especializado (AEE), tendo por referência as propostas pedagógicas dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Para investigação da questão, a proposta metodológica de produção de dados foi a pesquisa documental (GIL, 2008). Dentro do contexto de Produção de Texto especificamos a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPC) dos cursos de graduação da UNIPAMPA, para refletir as ações propostas pelos documentos em relação ao AEE [contexto da prática]. Como proposta metodológica para análise dos dados, utilizamos a análise pelo Ciclo de Políticas (BALL, 1992). Os dados foram obtidos nos sites dos cursos de graduação da universidade. Foram analisados sessenta e seis projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação. Para ampliar e fundamentar a discussão, analisamos a legislação vigente que orienta sobre o tema da inclusão: Constituição Federal de 1988, Decreto 7.611/2011, Programa Incluir de 2013, Lei Brasileira de Inclusão de 2015 (Lei 13.146/2015) e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) e documentos institucionais: PDI e PPC. Os resultados obtidos revelam que a maioria dos PPC contempla a temática do AEE em seus textos. Porém, concluímos que a materialização dessa política é estabelecida apenas no contexto da produção de texto, deixando margem à discussão relativa às práticas do AEE.

Palavras-chave: Inclusão e acessibilidade; Ensino superior; Projeto político pedagógico; Atendimento educacional especializado.

Introdução

O presente trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa realizada junto à Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA^{vi}, tendo como proposta central a análise da implementação da política educacional inclusiva no ensino superior e a influência desta Política nos textos institucionais da universidade pesquisada e, a partir disso, o Atendimento Educacional Especializado oferecido para os estudantes com deficiência nessa etapa de ensino.

O acesso à educação [em todos os níveis] tem como premissa o cumprimento de um direito constitucional indisponível^{vii} e inquestionável. (PFDD, 2004, p. 17).

Nesse viés, para embasamento desta discussão, analisamos os textos que veem orientando a temática da inclusão nessa etapa de ensino, tais como a Constituição Federal de 1988 Constituição Federal de 1988, Decreto 7.611/2011, o Programa Incluir de 2103, Lei Brasileira de Inclusão de 2015 (Lei 13.146) e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (PNEEPEI), documentos institucionais: PDI e PPC.

Para subsidiar a análise em relação ao Atendimento Educacional Especializado, utilizamos o Decreto 7.611 de 2011, o qual dispõe sobre educação especial e o AEE, importante mencionar que este Decreto revogou o Decreto 6.571/2009 que tratava sobre as diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica.

O Decreto de 2011 traz no artigo 1º, inciso I e II a garantia de “[...] um sistema educacional inclusivo em **todos os níveis**, sem discriminação e com base na igualdade de

oportunidades; [...]” e, também, reforçando esse atendimento no nível superior quando menciona “[...] **aprendizado ao longo da vida** (BRASIL, 2011, s.p) (grifos nossos).

Há que se observar que tais dispositivos não orientam de forma clara que o AEE também será ofertado no ensino superior, todavia, a IES pesquisada estabelece atendimento educacional especializado na maioria de seus PPC (contexto de Produção de Texto). Macêdo (2017) fala que no PPC há “[...] a concepção subjacente aos processos avaliativos, metodológicos e a organização do trabalho pedagógico [...]” (MACÊDO, 2017, p. 3).

Nas palavras de Veiga (2010), é possível compreender a importância que este documento representa para a Universidade, pois vai além de ser apenas um ser burocrático, a partir dele é que se constrói a identidade de um curso em consonância com o organização/planejamento da instituição tendo em vista o percurso profissional e social que se pretende para os alunos de graduação “[...] apontando um rumo, uma direção, um sentido específico para um compromisso construído coletivamente [...]” (Veiga, 2010, p.1).

Neste sentido, o presente texto propõe-se a discutir a inclusão e acessibilidade no ensino superior, reconhecendo a importância do PPC e, a partir dele, o Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior. A seguir apresentaremos nossa proposta de análise dos dados com base no Ciclo de Políticas, após apresentamos a metodologia, resultados e discussões do levantamento documental e, por fim as considerações finais.

O ciclo de políticas como proposta de análise metodológica dos dados

Nessa proposta trazida por Stephen J. Ball e seus colaboradores (1992), o qual estabelece como Ciclo de Políticas, abordagem que oferece elementos que servirão para análise de uma política em toda sua trajetória e complexidade (Mainardes e Pavezi, 2018, p.156). Os autores, inicialmente apresentam três contextos interligados e definidos como: *contexto da influência*, *contexto da produção de texto* e *contexto da prática*, os quais, para nossa percepção recebem influência de normativas (leis, decretos, regulamentos etc.) e, também, dos atores que participam dessa construção, ou seja, professores, servidores e comunidade acadêmica, na construção de Projeto Político-Pedagógico de Curso de Graduação, por exemplo. Como forma de elucidar essa proposta, apresentamos o seguinte esquema descrito pelo quadro 1.

Quadro 1 – Descrição dos contextos

Contexto de influência	Produção de texto	Prática
Decreto 7.611/2011; Lei 13.146/2015; Programa Incluir; e PNEEPEI...	PDI, orientações para construção dos PPC...	PPC, Planos de Ensino
Implementação da Política	Atores envolvidos, docentes, servidores e comunidade acadêmica	Atuação/AEE

Fonte: elaborado pelas autoras com base no ciclo de políticas (BALL, 1992).

Nesta perspectiva, a análise dos dados obtidos a partir da pesquisa documental realizada nos projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação da UNIPAMPA, foi realizada a partir dos contextos de influência, produção de texto e prática, como categorias de análise fundamentais para atender os objetivos da investigação proposta.

Proposta metodológica da pesquisa

Como proposta metodológica da pesquisa, a qual está ancorada como pesquisa documental, utilizamos Gil (2008), o qual estabelece que a pesquisa documental assemelha-se muito com a pesquisa bibliográfica, enquanto a bibliográfica utiliza-se da contribuição de

diversos autores sobre determinado tema, a documental utiliza-se de materiais que ainda não receberam um teor de análise, ou “que ainda podem ser reelaborados” de acordo com a proposta da pesquisa (p. 51). Nessa linha, o autor menciona que há um primeiro passo a seguir, ou seja, exploração das fontes documentais. (idem). Portanto, a presente pesquisa documental teve por fontes documentais fundamentais, os sessenta e seis projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa, onde buscamos aproximação metodológica de análise dos dados de acordo com o contexto da produção de texto e o contexto da prática (BALL, 1992).

Como proposta de identificar o contexto da prática, a análise dos dados deu-se através da página da instituição onde foi feito o *download* desses documentos (PPC), após buscamos os seguintes descritores: inclusão e acessibilidade; atendimento educacional especializado; apoio e deficiência.

Resultados da pesquisa e discussões

Na sequência, apresentamos os dados obtidos a partir da análise dos Projetos Político-Pedagógico da instituição pesquisada. Como forma de preservar cada curso, não faremos a identificação individual de cada um, e sim a apresentação dos resultados de forma geral, em percentuais que contemplam o atendimento educacional especializado, conforme mostra o gráfico 1:

Gráfico 1 – apresentação de gráfico – PPC que contempla AEE e PPC que não contempla AEE



Fonte: elaborado pelas autoras, 2019.

A partir do objetivo dessa proposta de análise, podemos perceber que a instituição pesquisada contempla em seus documentos (PDI/PPC) vários critérios referentes à Política Educacional Inclusiva, porém, nosso espoco centrou-se no AEE. Podemos verificar que o tema vem ganhando força/atualização em cada Projeto Político-Pedagógico, pois, mais da metade (55%) dos PPC analisados (66) contemplam o AEE.

Dentre esses PPC que contemplam o AEE, ressalto que está ação está inserida no eixo: Recursos e serviços disponibilizados pelo serviço de apoio ao Discente.

Dentro do eixo Legislação (caracterizado como contexto de influência), todos PPC analisados contemplam uma gama de legislação referente à política educacional inclusiva, tais como Programa Incluir (2013); Decreto 7.11/2011; Lei 10.436/2002 (LIBRAS); os PPC de 2016 a 2017, contemplam, também, a Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão e Lei 13.409/2016 (reserva de vagas para pessoas com deficiência), dentre outras.

Vale dizer que os PPC analisados apresentam versões que vão de 2010 a 2019, os PPC mais novos apresentam versões que vão de 2015 a 2019, estes ampliaram em seus textos a concepção de Política Educacional Inclusiva que a instituição se propõe [ações] para trabalhar com esse tema e vem ampliando o escopo de entendimento dentro do acesso e permanência desse público nessa etapa de ensino, aparecendo em diversos eixos, tais como recursos, legislação, currículo, infraestrutura, metodologia etc.

Considerações finais

Os dados obtidos contribuíram com nossa proposta metodológica de análise em relação ao Ciclo de Políticas (Ball 1992) ficando evidente que a construção (Contexto da Produção de Texto) desses documentos foram influenciados com base na legislação vigente que versa sobre o tema - Contexto de Influência, pois estes documentos sofreram influência em relação ao PDI e, também, influência da Divisão (PROGRAD) que orienta sobre a construção do PPC. A orientação de inserção^{viii} (de texto) nos PPC é:

[...] com o objetivo de promover uma educação inclusiva que garanta ao discente com deficiência o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico na UNIPAMPA. Dessa forma, em cada Campus, o NuDE e as Comissões de Acessibilidade se constituem como extensões do NinA, **oferecendo atendimento educacional especializado** (AEE) (PPC 28, 2017, p. 59).

Todavia, quando esses documentos apresentam o AEE como forma de atendimento aos estudantes com deficiência há uma certa fragilidade em dizer quem prestará esse atendimento, dos trinta e seis PPC analisados que contemplam o AEE, quatorze mencionam que é realizado pelos servidores do NUDE (Núcleo de Desenvolvimento Educacional), seis dizem que é pelo NinA (Núcleo de Inclusão e Acessibilidade, responsável por fomentar as ações de Inclusão na UNIPAMPA), dez por ambos setores e seis apenas mencionam que existe AEE.

Cabe ressaltar que o NINA, órgão vinculado ao gabinete da Reitoria conta com uma servidora assistente em administração e dois intérpretes de libras, já os NUDE (um em cada *campi*) contam com os seguintes servidores: assistente social, pedagogo, técnico em assuntos educacionais e intérprete de língua brasileira de sinais.

Não há na instituição servidor (nem código de vaga) com formação específica para trabalhar na educação especial e/ou formação inicial que habilite a essa prática

Muitas reflexões ainda são necessárias para compreender se o que está posto no texto (contexto da produção de texto) serve apenas como futuro pressuposto de construção para prática e/ou apenas contempla questões que o processo regulatório (SINAES) dos cursos de graduação exige, conforme preconiza o Decreto 3.298/1999.

Referências

BALL, Stephen. **Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

____. Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em março de 2019.

____. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, **para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm. Acesso em fev2019.

____. Programa Incluir, **documento orientador programa incluir - acessibilidade na educação superior** SECADI/SESu–2013. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-

[documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192](#)>. Acesso em maio de 2019.

____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**

(PNEEPEI), 2008. Disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192.htm> . Acesso em: fev de 2019.

____. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, **institui a lei brasileira de inclusão das pessoas com deficiência** (estatuto da pessoa com deficiência) Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm . Acesso em: 21 mai. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Cortez,

MACÊDO, Lucia (2017) **Avaliação, Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência nos Cursos de Graduação do Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES)**.

Disponível em <https://institutoitard.com.br/avaliacao-acessibilidade-e-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-nos-cursos-de-graduacao-do-sistema-nacional-da-educacao-superior-sinaes> .

Acesso em abril de 2019.

VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1998. p. 11-35.

Entrou, e agora? Acessibilidade pedagógica, atendimento educacional especializado e inclusão de estudantes com deficiência na Universidade Federal de Pelotas

Rita de Cassia Morem Cossio RODRIGUES, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL/RS)

Resumo: O presente artigo apresenta as proposições do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), na busca pela inclusão qualificada, tendo em vista que a legislação assegurou o ingresso de alunos com deficiência no Ensino Superior trazendo novos desafios para as Universidades e a quebra de barreiras para as pessoas sujeitos das políticas. Apresentam-se os resultados das propostas prioritárias do NAI, quais sejam, a estruturação e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado e o programa de tutoria entre pares, que se definem como o apoio necessário para o sucesso acadêmico. Para tal, desenvolve-se como pesquisa-ação, onde as propostas construídas de maneira colaborativa são permanentemente analisadas, refletidas e reconstruídas, a partir das considerações do próprio grupo. Os dados analisados através das fichas de encaminhamento e atendimento, dos resultados acadêmicos obtidos pelos alunos, o acompanhamento direto de ambas as ações prioritárias e programa tutoria entre pares, foram apresentados e refletidos nos grupos participantes das ações. Destaca-se que os programas se mostraram decisivos para o avanço acadêmico dos alunos incluídos, principalmente no que se postula como inclusão qualificada. Reforça-se a premissa de que oportunizar o acesso, sem garantir as condições para que os alunos permaneçam, aprendam, convivam e avancem, é uma face perversa da exclusão/inclusão. Neste sentido, destaca-se que uma Universidade plural, inclusiva e realmente para todos se faz com intenções e ações efetivas, para além dos discursos e do cumprimento dos ordenamentos legais, mas na concretude das salas de aula e dos demais espaços e dimensões acadêmicas.

Palavras-chave: Política de cotas; atendimento educacional especializado; inclusão no ensino superior.

Introdução

A inclusão de pessoas com deficiências vem sendo pautada desde que as conferências e declarações se colocaram e universalizaram a discussão, principalmente a partir dos anos 90, quando termos como "inclusão", "educação inclusiva" e "necessidades educativas especiais", passaram a fazer parte dos discursos educacionais e das legislações brasileiras (LDB, 1996) (PNEEPEI, 2008), entre outras, orientando a inclusão na educação básica e trazendo em seu bojo a indicação dos acompanhamentos, recursos, currículos adaptados para o público-alvo da Educação Especial.

Mais especificamente sobre a organização dos atendimentos, têm-se o Decreto 7611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o Atendimento Educacional Especializado, apontando em seu artigo 2º. que "A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, indicando a educação especial como transversal em todos os níveis e modalidades de ensino."

Em se tratando de todos os níveis e modalidades de ensino, analisa-se a importância do oferecimento destes serviços de Educação Especial também no Ensino Superior, considerando que os alunos vêm avançando em sua escolarização e tais apoios são decisivos em seus percursos acadêmicos.

O programa Acessibilidade ao Ensino Superior - Incluir foi criado em 2005 pela então Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC), objetivando fomentar a

criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior (IFEs) para efetivar a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. O programa propunha a inclusão das pessoas com deficiência na educação superior, assegurando a estes sujeitos o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como a não restrição da sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste direito, as IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes" e a criação e consolidação dos chamados NAIs, visando a inserção dos alunos deficientes no mundo acadêmico e na eliminação de barreiras de todas as ordens. (BRASIL, 2013)

Em 2010, o MEC assim se refere: "Compreende-se a constituição de espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos da instituição para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área" (BRASIL, 2010). Este programa, até 2011, financiava as instituições públicas a partir de editais. Posteriormente, passa a ter dotação orçamentária, contribuindo significativamente para a estruturação e funcionamento dos núcleos nas IFES.

Podemos perceber a compreensão dos NAIs como estruturas de serviços que possibilitam a inclusão do aluno no Ensino Superior, porém nas instituições foram criados e concretizados de diferentes formas.

Na Universidade Federal de Pelotas, o NAI foi criado em 2008, contando basicamente com os serviços dos Tradutores e Intérpretes de Libras, tendo em vista serem os surdos o grupo com maior incidência, visibilidade e direitos garantidos até este período.

Ao contrário de outras instituições de Ensino Superior que, anterior a legislação, instituíram vagas para pessoas com Deficiência, a UFPEL só atendeu ao proposto quando a legislação se colocou como obrigatória pelo sistema de cotas em 2016/2017, através da Lei 13.409/2016.

A partir desta legislação, o NA passa por reformulação de intenção e organização, tendo em vista não só o atendimento dos preceitos legais, mas a premissa da inclusão qualificada dos alunos em seus diferentes cursos, organizando os serviços e estruturas de apoio, bem como os ordenamentos legais próprios, como pode ser verificado na resolução CONSUN 03/2018, que trata das políticas de acesso e permanência de alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades e superdotação na UFPEL.

Ambas ações e ordenamentos propostos pelo NAI, apoiam-se na compreensão da deficiência não mais a partir do modelo médico, mas no enfoque biopsicossocial que, após a promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007) e da CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade), compreende a incapacidade na interface entre fatores orgânicos, externos ou contextuais, entendendo que a deficiência só se verifica como fator impeditivo na medida em que as barreiras não são eliminadas

Neste sentido, o presente artigo aborda o processo de reconstrução das ações de acessibilidade e inclusão, partindo de dois programas específicos, a criação e funcionamento da Seção de Atendimento Educacional Especializado e o Programa de tutoria entre pares, pontuando como problema de pesquisa "qual os resultados dos programas propostos para a qualidade da inclusão e avanço acadêmico dos alunos PCDs incluídos nos diferentes cursos da UFPEL?"

Para tal, buscou-se acompanhar os procedimentos organizados pela seção de AEE, documentos orientadores, orientação aos professores, produção de materiais adaptados e, ainda, através do acompanhamento do programa de tutoria entre pares, onde alunos selecionados

através de edital, apoiam alunos PCDs, a partir das orientações da SAEE e das formações oportunizadas.

Assim, tem-se como objetivo relatar as ações viabilizadas nos dois programas, buscando analisar de que forma oportunizaram a concretude da inclusão no Ensino Superior, para além do acesso, mas na busca da permanência e da qualidade, na perspectiva de configurar, portanto, a premissa de que acesso sem acessibilidade, sem inclusão, é exclusão. Política de cotas sem estruturas para permanência e qualidade, é confirmação da exclusão.

Metodologia da pesquisa

A abordagem metodológica situada como pesquisa-ação nos permite compreender e analisar até que ponto as proposições são válidas, seu redimensionamento, revisão e reconstrução, que nos permite a permanente reflexão do pretendido, como afirma Elia e Sampaio:

Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem. A abordagem é de uma pesquisa-ação apenas quando ela é colaborativa (2001, p. 248).

Para dar conta desta perspectiva e a partir dos planejamentos previstos para a seção de atendimento educacional especializado e para o programa de tutoria entre pares, desenvolveu-se a relação entre proposição da ação e reflexão dos desenvolvimentos.

A seção de atendimento educacional especializado é composta por chefia (psicóloga), duas educadoras especiais (especializada em deficiência visual e especializada em deficiência intelectual e transtorno do espectro autista) cedidas da rede pública de ensino através de convênio, uma neuropsicopedagoga e um terapeuta ocupacional. Conta ainda, com uma coordenadora pedagógica (mestre em educação) e uma chefia geral (psicopedagogia e pós-doutora em educação especial), além do apoio da seção de tradutores e intérpretes de Libras, de 06 estagiários da psicologia e 07 bolsistas de desenvolvimento.

Já o programa de tutoria entre pares, conta com 17 alunos bolsistas, selecionados através de edital.

As diversas ações de ambos os programas foram acompanhadas e analisadas de forma colaborativa por todos os participantes, inclusive alunos incluídos, professores e coordenadores de curso, em reuniões específicas ou em formações oportunizadas.

Resultados e discussões

O Núcleo de acessibilidade e inclusão da UFPEL atende, atualmente, 140 alunos PCDs de forma direta e 200 alunos de forma indireta. Considera-se, como forma direta, o atendimento em programa de tutoria entre pares, ou nos recursos de tecnologia assistiva que dispõe e, como forma indireta, quando a SAEE apoia os alunos e cursos orientando professores pedagogicamente, mas sem o oferecimento do suporte das tutorias ou de recursos de tecnologia assistiva.

Ao ingressar o aluno pelo sistema de cotas na UFPEL, o curso recebe a informação antes mesmo das aulas iniciarem. Ao mesmo tempo, o aluno é chamado na SAEE para primeiro contato e acolhimento, assim como aceitação ou não de apoio. Em caso positivo, as educadoras agendam as avaliações detalhadas das necessidades específicas do aluno. Após as avaliações, das trocas com professores e coordenadores de curso, é elaborado o documento orientador,

destacando os princípios pedagógicos, recursos, currículo e adaptações necessárias para a aprendizagem dos alunos.

Este processo vem sendo destacado pelos envolvidos como o principal mote dos avanços que os alunos vêm obtendo em seu percurso acadêmico. Na medida em que a avaliação e o planejamento colaborativo indiquem, inicia-se o segundo programa, chamado de tutoria entre pares.

O programa de tutoria entre pares, voltado para os acadêmicos com deficiência ou com TEA, conta hoje com 17 tutores que atendem diretamente 45 alunos em diferentes cursos. Entretanto, salienta-se que os 140 alunos incluídos e atendidos pelo NAI neste ano de 2019 contam com o trabalho de apoio direto ou via cursos, através de ações articuladas que objetivam oportunizar recursos de tecnologia assistiva, recursos adaptados e materiais de apoio; estas duas iniciativas, a sessão de AEE e o programa de tutorias, vem demonstrando resultados importantes no percurso acadêmico dos alunos incluídos, cujo acompanhamento é realizado pela equipe do NAI.

Os acadêmicos tutores, além de oportunizar o trânsito na Universidade, o reconhecimento e vivências acadêmicas, organizam os estudos e materiais das disciplinas, preparam materiais adaptados, estudam com os colegas e acompanham as diferentes demandas que apresentam, inclusive dialogando com outros colegas, professores e coordenadores de curso. Salienta-se que todos os tutores não atuam em sala de aula, mas em espaços e horários alternativos, a fim de manter o compromisso docente também com o aluno incluído.

Os resultados efetivos tem sido referenciados por todos os participantes do programa como altamente positivos e significativos, destacando-se os altos índices de aprovação que os estudantes obtiveram ao longo dos anos de 2017 e 2018, a partir dos dois programas acima elencados.

Conclusões

Os resultados obtidos no acompanhamento das ações, bem como nos índices de aproveitamento dos alunos incluídos e tutores, nas manifestações dos docentes e coordenadores de curso, comprovam a validade dos programas em curso, atendendo efetivamente o que se propõe, originando inclusive publicações dos resultados, materiais produzidos e possibilidades evidenciadas em eventos acadêmicos e, mais recentemente, na revista de acessibilidade e inclusão no ensino superior, proposta pelo NAI.

Destaca-se, portanto, a importância destas experiências que, embora recentes, já demonstram resultados importantes. Pretende-se, outrossim, prosseguir no acompanhamento longitudinal dos programas e dos alunos incluídos, seus rendimentos, avanços nos cursos, dificuldades encontradas, entre outros aspectos que emergem do que já foi obtido até então, a fim de qualificar ainda mais o que vem sendo proposto e possibilitando que a utopia da inclusão se concretize de fato, de direito e de cotidiano, para além dos discursos propostos nas políticas públicas e nos ordenamentos legais, mas na busca diária pela Universidade democrática, plural e inclusiva que almejamos construir.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

_____. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: 2011.

_____. **Documento orientador Programa Incluir - acessibilidade na educação superior**. Brasília: SECADI/SESu, 2013.

ELIA, M. F.; SAMPAIO, F. F. Plataforma Interativa para Internet: uma proposta de pesquisa-ação a distância para professores, **Anais do XII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**, 2001. Disponível em: <http://www.br-ie.org/pub/index.php/sbie/article/view/130/116> . Acesso em: 02 jun. 2019.

FERREIRA, E. L. L. S. **A política de inclusão de estudantes cegos na educação superior na UFRN: do acesso à permanência**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil, 2016.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2002.

UFPEL. Relatório de ações Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Pelotas, UFPEL, 2018.

ⁱ RES. Nº 34/17 – COPLAD. Disponível em: <http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2017/12/coplad-34-17-regimento-SIPAD.pdf> .

ⁱⁱ A inclusão, especialmente, a acessibilidade pedagógica está prevista no Objetivo estratégico n. 2 do PDI. Disponível em: http://www.cemsempapel.ufpr.br/publico/PDI_UFPR.pdf.

ⁱⁱⁱ Destacam-se: Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948); Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975); Declaração sobre Educação para Todos de 1990; Conferência Mundial sobre Educação Especial (Salamanca/Espanha, 1994); Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007). No Brasil, Convenção de Direitos da Criança (1988); Emenda Constitucional - Decreto 6949/2009; e, finalmente, a LBI n. 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

^{iv} Maiores informações em <http://www.litoral.ufpr.br/portal/>.

^v Maiores informações em <http://www.litoral.ufpr.br/portal/sepul/>.

^{vi} Conforme dados obtidos pela instituição: a mesma conta com a oferta de 66 cursos de graduação, 13.374 estudantes de graduação matriculados, 23 especializações, 16 cursos de mestrado e 3 cursos de doutorado. Importante mencionar que a universidade pesquisada conta com cento e cinquenta (150) estudantes com deficiência, disponível em <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/dados-abertos>, acesso em maio de 2019.

^{vii} Direitos indisponíveis “[...] tem-se como indisponível aquilo que, por óbvio, não se pode dispor, fazer o uso. Tal acepção não se difere em nada no direito, vez que, neste âmbito, é entendido como indisponível aquilo que justamente **não se pode dispor, que é irrenunciável ou inalienável.**” (2014, s.p). (grifos nossos).

^{viii} Este texto faz parte de 36 PPC dos 66 analisados.